



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**GABRIELLA NUNES HENRIQUE**

**PERFORMANCE ELEITORAL DOS PARLAMENTARES E ALOCAÇÃO DE  
RECURSOS NOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE  
DONORTE E ALAGOAS**

**SUMÉ - PB  
2023**

**GABRIELLA NUNES HENRIQUE**

**PERFORMANCE ELEITORAL DOS PARLAMENTARES E ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DONORTE E ALAGOAS**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientadora: Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares.**

**SUMÉ - PB  
2023**



H519p Henrique, Gabriella Nunes.  
Performance eleitoral dos parlamentares e alocação de recursos nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. / Gabriella Nunes Henrique. - 2023.

24 f.

Orientadora: Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Alocação de recursos. 2. Poder legislativo. 3. Distribuição parcial do voto. 4. Emendas parlamentares. 5. Deputados federais e emendas parlamentares. 6. Destinação de emendas parlamentares. 7. Pernambuco - emendas parlamentares. 8. Paraíba - emendas parlamentares. 9. Alagoas - emendas parlamentares. 10. Rio Grande do Norte - emendas parlamentares. 11. Performance eleitoral de parlamentares. I. Soares, Kelly Cristina Costa. II. Título.

CDU: 35(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**GABRIELLA NUNES HENRIQUE**

**PERFORMANCE ELEITORAL DOS PARLAMENTARES E ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DONORTE E ALAGOAS**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**BANCA EXAMIDADORA:**

---

**Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares.  
Orientadora - UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. José Irivaldo Alves de Oliveira Silva.  
Examinador I - UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.  
Examinador II - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Trabalho Aprovado em: 16 de novembro 2023.**

**SUMÉ - PB**

## RESUMO

As emendas parlamentares são dispositivos importantes em sistemas democráticos, permitindo que os legisladores influenciem a alocação de recursos públicos e a implementação de políticas públicas. Esta pesquisa analisa a forma como as emendas parlamentares ao orçamento da União vêm sendo utilizadas e como assumem importância na representação dos interesses regionais e na fiscalização do Poder Executivo. A investigação permite observar quais incentivos os deputados federais dispõem para orientar a alocação de recursos aos estados e municípios através de emendas parlamentares. A análise deu-se nas bancadas dos deputados federais dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Os dados foram coletados no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre eleições 2014, no Siga Brasil do Senado Federal que apresenta fonte de informações sobre emendas referentes ao período de 2016-2018 e no Portal da Transparência. Os dados apresentam informações sobre emendas individuais de cada parlamentar na sua condição de apresentação e execução. Os resultados demonstram que as emendas parlamentares ao orçamento são amplamente utilizadas pelos deputados federais. Sobre o seu direcionamento não se pode estabelecer um padrão entre alocação de recursos e votação do deputado em determinada localidade. Há situações que a alocação de recursos corresponde ao favorecimento de municípios onde o deputado recebeu votação mais expressiva. Apesar disso, não se pode concluir que essa relação se torna o padrão do comportamento parlamentar. Por fim, destacam a necessidade de um debate contínuo sobre as razões e motivações para direcionamento das emendas parlamentares.

**Palavras-chave:** alocação de recursos; poder legislativo; distribuição parcial do voto.

## ABSTRACT

Parliamentary amendments are important devices in democratic systems, allowing legislators to influence the allocation of public resources and the implementation of public policies. This research analyzes the way in which parliamentarians' amendments to the Union's budget have been used and how they are important in representing regional interests and in monitoring the Executive Branch. The investigation allows us to observe what incentives federal deputies have to guide the allocation of resources to states and municipalities through parliamentary amendments. The analysis took place on the benches of federal deputies from the states of Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte and Alagoas. The data was collected from the Superior Electoral Court (TSE) database on the 2014 elections, from the Federal Senate's Siga Brasil, which provides a source of information on amendments relating to the 2016-2018 period, and from the Transparency Portal. The data presents information on individual amendments of each parliamentarian in their presentation and execution condition. The results show that parliamentary amendments to the budget are widely used by federal deputies. Regarding its direction, it is not possible to establish a pattern between resource allocation and deputy voting in a given location. There are situations in which the allocation of resources corresponds to favoring municipalities where the deputy received a more expressive vote. Despite this, it cannot be concluded that this relationship becomes the standard for parliamentary behavior. Finally, they highlight the need for a continuous debate on the reasons and motivations for the direction of parliamentary amendments.

**Keywords:** resource allocation, legislative power, partial distribution of the vote.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>15</b>
4.1	RENOVAÇÃO E REELEIÇÃO NAS BANCADAS DOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE E ALAGOAS.....	15
4.2	EMENDAS APRESENTADAS E EXECUTADAS POR CADA DEPUTADO.....	17
4.3	PERCENTUAL DE EMENDAS APRESENTADAS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	20
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre emendas parlamentares e votação é um tema de grande relevância nos estudos sobre o funcionamento do sistema representativo e dinâmica do poder legislativo. As emendas parlamentares representam uma ferramenta poderosa nas mãos dos legisladores para direcionar recursos e influenciar políticas públicas, a forma como os deputados utilizam esses dispositivos de interferência do poder legislativo no orçamento público. As emendas orçamentárias também indicam como se dão as relações entre poder Executivo e Legislativo nas democracias representativas (Ames, 2003).

Através das emendas parlamentares há o direcionamento de recursos financeiros para projetos específicos em suas jurisdições, os quais, muitas vezes, estão associados às demandas e prioridades de eleitores de determinadas circunscrições territoriais (Ames, 2003). A alocação de recursos, por sua vez, envolve o processo de distribuição e administração dos fundos públicos disponíveis, buscando equilibrar as demandas de diferentes áreas e setores da sociedade. A forma como os recursos são alocados tem um impacto direto na assistência que o Estado presta aos cidadãos através de programas governamentais. Portanto, entender como as emendas parlamentares e a alocação de recursos ocorrem é essencial para compreender o funcionamento do sistema político e a capacidade de influência dos legisladores na implementação de políticas públicas. Nesses termos, a pesquisa partiu da seguinte questão: Como os parlamentares do Nordeste brasileiro vem utilizando o dispositivo das emendas ao orçamento da União?

A discussão sobre os benefícios da alocação de recursos aos estados e municípios através das emendas orçamentárias ganha centralidade na ciência política brasileira na medida que busca averiguar em que medida se torna possível estabelecer a conexão entre o comportamento parlamentar e os ganhos ou recompensas eleitorais (Baião, Couto e Oliveira, 2019).

No campo de análises das instituições políticas brasileiras, o comportamento parlamentar passa a ser entendido a partir da combinação entre sistema eleitoral de lista aberta e representação proporcional. Desse modo, o estudo de AMES (2003) passou a ser referência sobre a relação entre distribuição espacial do voto dos deputados e a alocação de recursos que cada parlamentar destina aos municípios

através de emendas ao orçamento. Essa relação entre emendas e votação seria condição necessária para cada parlamentar manter contato direto com eleitores.

A alocação de recursos aos municípios é considerada um tipo de política distributivista, uma vez que, permite a concentração de benefícios e socialização de custos (Lowi, 1972; Baron, 1991). Essas são políticas públicas que visam distribuir benefícios ou recursos para determinados grupos, regiões ou setores da sociedade. Elas podem incluir programas de subsídios, incentivos fiscais, emendas parlamentares, entre outros. Assim permite atender interesses específicos e, muitas vezes, direcionar recursos para áreas que podem influenciar positivamente a base de apoio política. Portanto, as vantagens ou benefícios das políticas distributivas tendem a ser concentrados em um grupo ou região específica.

No Brasil, as discussões sobre voto pessoal sempre estiveram associadas às políticas de *pork barrel* - expressão utilizada na literatura internacional para designar o particularismo legislativo, em que deputados utilizariam políticas distributivas (Lowi, 1964), ou seja, expressão utilizada para descrever o particularismo legislativo. Nesses termos, os legisladores buscam direcionar recursos públicos para suas regiões ou distritos específicos em troca de apoio político ou eleitoral. Voto pessoal refere-se à preferência dos eleitores por um candidato específico em uma eleição, muitas vezes com base em sua personalidade, história pessoal, caráter ou ações passadas. Essa preferência pode transcender a afiliação partidária e ser influenciada por uma conexão mais direta entre o eleitor e o candidato.

A presente pesquisa traz resultados eleitorais dos deputados federais dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas no pleito de 2014 e o comportamento parlamentar no que se refere às emendas ao orçamento durante a legislatura do período de 2016 a 2018. A investigação permite observar como vem se dando a distribuição de emendas parlamentares da bancada paraibana, pernambucana, potiguar e alagoana. Tendo como objetivo geral: analisar o desempenho dos deputados federais na busca de alocação de recursos aos municípios e a permanência dos vínculos com suas bases eleitorais e objetivos específicos: quantificar as emendas individuais dos parlamentares ao orçamento da União; verificar o destino das emendas orçamentárias; averiguar como se dá a votação dos deputados.

Os dados analisados foram coletados nos bancos do TSE e Siga Brasil do Senado Federal, através dos quais se extraiu informações sobre as eleições no Brasil

dos anos de 2014 e as emendas individuais apresentas e executadas durante a legislatura de 2015 a 2018. Os dados sobre emendas parlamentares do período de 2016-2018 foram extraídos do Siga Brasil do Orçamento pertencente ao Portal Senado Federal. Ademais, ainda sobre as propostas legislativas e a atuação parlamentar na organização do processo orçamentário, fez investigação no Portal da Transparência do Governo Federal. Essas fontes de informações permitiram quantificar as emendas apresentadas/executadas de cada deputado aos municípios e estados analisados. A pesquisa traçou o perfil dos deputados em relação as suas fontes de apoio eleitoral nos municípios e a alocação de recursos advindos das

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em uma análise descritiva acerca das estratégias dos deputados federais dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas em relação à apresentação e execução das emendas ao orçamento da União no período de 2016-2018. A investigação deu-se pela sequência de estudo em fontes secundárias que possibilitaram o acesso a informações relevantes para interpretação do comportamento parlamentar para agraciar municípios com recursos da União.

As fontes de pesquisa sobre resultados eleitorais foram os bancos de dados do repositório do TSE e Siga Brasil Portal do Orçamento do Senado Federal. Utilizou-se informações sobre o perfil de cada candidato e as votações em cada município dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas além dessas informações, também foi utilizado o site do Portal Transparência para obter dados sobre todas as emendas apresentadas pelos parlamentares durante os anos apresentados. No procedimento dos dados foi utilizado a estatística descritiva e o uso de tabelas para a demonstração das principais características de cada parlamentar e também para a identificação da quantidade de legislaturas de cada estado, juntamente com o seu percentual.

As primeiras tabelas foram constituídas com dados adquiridos no Portal da Câmara dos Deputados sobre as legislaturas, que permitem verificar a concepção dos parlamentares nos estados analisados, nas eleições de 2014. Logo após, as próximas tabelas representam emendas apresentadas e executadas, através do Siga Brasil, entre os anos de 2015 e 2018, no qual possibilita visualizar a diferença entre a quantidade de emendas parlamentares apresentadas e executadas, por fim os gráficos descrevem como se dá a distribuição de emendas para estado e municípios.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

As emendas parlamentares, as mudanças e adições feitas por legisladores em projetos de lei ou orçamentos, têm uma longa história que remonta à própria essência dos sistemas parlamentares e democráticos. O conceito de emendas parlamentares não é exclusivo de um país ou época específica, mas evoluiu ao longo do tempo. Surgiram como um mecanismo que permite aos legisladores influenciar a formulação de leis e a alocação de recursos em resposta aos interesses de seus eleitores. Embora sua prática tenha evoluído ao longo da história, a essência de dar aos legisladores a capacidade de fazer mudanças ou adições às propostas legislativas permaneceu constante em muitos sistemas democráticos. (Portal da Transparência, 2023).

O debate sobre o papel e a importância das emendas ao orçamento no contexto político brasileiro na década de 2000, pode ser destacado o trabalho de MESQUITA (2009). A autora trata de duas dimensões na utilização de emendas parlamentares, pois podem servir tanto como instrumentos de negociação política no relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo quanto como ferramentas que impactam a dinâmica eleitoral, influenciando as chances de reeleição dos parlamentares. Assim, as emendas ao orçamento são analisadas tanto do ponto de vista da governabilidade do governo como do ponto de vista da estratégia eleitoral dos parlamentares brasileiros. Mesquita (2009) relatou:

Um importante debate acerca do papel e da importância das emendas ao orçamento foi travado no início da década de 2000. Podemos dividir esse debate em dois grupos de acordo com seu foco. O primeiro centra-se na relação entre o Executivo e o Legislativo, buscando observar se as emendas orçamentárias serviriam de moeda de troca entre o Executivo e os parlamentares, garantindo o apoio necessário às matérias de interesse do presidente no Legislativo. O segundo grupo tem por foco a arena eleitoral. O objetivo é demonstrar a importância dessas no sucesso das carreiras dos parlamentares brasileiros. Isto é, mostrar que a execução das emendas influencia na reeleição (Mesquita, 2009, p. 15)

A questão-chave aqui é se as emendas ao orçamento são usadas como uma espécie de moeda de troca entre o Executivo e os legisladores. Em outras palavras, os parlamentares poderiam apoiar iniciativas do presidente em troca da alocação de recursos por meio de emendas para seus projetos ou regiões de interesse. Isso é conhecido como um possível mecanismo de barganha política.

Na arena eleitoral o debate se concentra no impacto eleitoral das emendas ao orçamento, no qual o objetivo é demonstrar como a execução das emendas pode influenciar o sucesso das carreiras políticas dos parlamentares brasileiros. Isso

significa que, ao direcionar recursos para projetos em suas bases eleitorais, os legisladores podem fortalecer seu apoio local, aumentando suas chances de serem reeleitos nas eleições seguintes.

Conforme é ressaltado por Ames (1995a; 1995b; 2001) mesmo dentro dos grandes distritos eleitorais brasileiros, os deputados aprimoram relações pessoais com determinadas localidades, estabelecendo barreiras à entrada de políticos de outros partidos. Essa dinâmica pode ser vista como uma estratégia para consolidar o apoio eleitoral e fortalecer a base política do deputado em um distrito eleitoral. Isso ocorre porque, ao construir relações pessoais e investir em áreas específicas, os legisladores podem criar um vínculo mais forte com os eleitores locais, aumentando suas chances de serem reeleitos.

No entanto, também pode ser vista como um fenômeno que pode limitar a competição e dificultar o acesso de candidatos de outros partidos a essas áreas, o que é um tema de debate na política brasileira. Essa estratégia política também pode estar relacionada ao conceito de *pork barrel* mencionado em outra resposta, em que os deputados usam recursos públicos para garantir apoio político em suas regiões.

Uma hipótese do favoritismo do local de nascimento dos candidatos é que os políticos pretendem beneficiar as suas próprias cidades natais na distribuição de recursos, independentemente do apoio eleitoral (Carozzi e Repetto 2016). Essa prática é muitas vezes vista como uma manifestação de clientelismo, no qual os políticos usam seu poder para beneficiar sua cidade natal, família ou amigos, independentemente dos méritos ou das necessidades reais. Tal atitude pode criar distorções na alocação de recursos públicos, concentrando benefícios em áreas específicas em detrimento de outras. Além disso, isso pode gerar críticas e controvérsias, uma vez que pode ser percebido como uso inadequado de recursos públicos para ganho pessoal ou político. Portanto, o favoritismo do local de nascimento é uma prática política que pode ser vista como problemática em muitos contextos.

De acordo com Carozzi e Repetto (2016), os sistemas distritais de membro único, é comum encontrar legisladores que visam o seu distrito eleitoral, ou seja, os sistemas distritais de membro único incentivam os legisladores a se concentrar em atender às necessidades e demandas de seus distritos eleitorais, o que é uma característica central desse modelo de representação. Essa abordagem visa garantir que os interesses locais sejam representados no processo político, mas também

requer equilíbrio para garantir que a política pública atenda aos interesses mais amplos do país ou da região.

No Brasil, há normas sobre responsabilidade fiscal que provavelmente tolhem o uso da máquina pública por políticos em todos os níveis da Federação (Baião, Couto, Jucá, 2018). A Lei de Responsabilidade Fiscal busca promover uma gestão fiscal responsável e evitar o uso inadequado da máquina pública para fins políticos ou eleitorais. Essa regra estabelece limites e obstáculos aos gastos públicos e devem ser seguidos por todos os níveis de governo, criando uma estrutura legal que busca manter o equilíbrio das contas públicas e evitar práticas fiscais irresponsáveis. Isso é particularmente importante para garantir a estabilidade econômica e a confiança dos investidores e da sociedade nas finanças públicas do país.

No Brasil, é estabelecida a ideia de que a distribuição do governo por meio das indicações ministeriais seria uma importante ferramenta disponível ao presidente para construir coalizões (Amorim Neto, 2002, 2006; Raile, Pereira e Power, 2011; Batista, 2013).

Nos sistemas parlamentaristas, as coalizões muitas vezes envolvem a participação de outros partidos políticos no governo, com esses partidos controlando cargos ministeriais. Batista (2013) destaca:

Outro aspecto dos governos de coalizão suficientemente enfatizado na literatura sobre os governos de coalizão em sistemas parlamentaristas, mas não levado a seu extremo em sistemas presidencialistas, é que as coalizões representam a participação de outros partidos dentro do governo, controlando cargos ministeriais, e isso significa muito mais do que apenas um emprego” (Batista, 2013)

Nos sistemas parlamentaristas, o governo é formado a partir do parlamento, e o partido ou coalizão que detém a maioria parlamentar para formar o governo. Nesse contexto, a participação de outros partidos na coalizão frequentemente significa que eles têm ministros em cargos de destaque no governo, e esses ministros desempenham papéis ativos na formulação de políticas. Portanto, nos sistemas parlamentaristas, a participação dos partidos na coalizão muitas vezes implica em um envolvimento mais profundo na governança e na formulação de políticas do que simplesmente distribuir cargos no governo.

Em relação a forma de operar a democracia representativa, Schumpeter (ano?) utilizou a concepção de Weber (1964) sobre o sistema representativo como o cenário que envolve: os líderes e os seguidores; os que não estão interessados e aqueles que

não dispõem de informações suficientes, porém participam das escolhas políticas. Isso significa dizer que tanto Weber quanto Schumpeter consideram a participação política e a democracia como envolvendo uma variedade de atores, incluindo líderes, seguidores, pessoas desinteressadas em política e pessoas com diferentes níveis de informação. Schumpeter, em particular, destacou o papel central da competição eleitoral na democracia representativa.

Um ponto de vista que é de suma importância levar em consideração é a falta de interesse e de informação do eleitor no processo seletivo que pode levá-lo a uma escolha equivocada, o que pode ter implicações significativas para o processo democrático, pois pode levar a decisões políticas inadequadas. (Soares, 2021).

A versão distributivista era suprema até começar a ser questionada por autores que duvidaram da pertinência de uma teoria de caráter clientelista que destaca o papel das comissões (Limongi, 1994). Essa versão refere-se a uma abordagem econômica ou política que enfatiza a distribuição de recursos, poder ou benefícios de uma forma que beneficie amplamente a sociedade ou um grupo específico. Essa abordagem pode ser considerada "suprema" quando é amplamente aceita e dominante, mas, como em qualquer teoria ou abordagem, pode ser questionada e criticada ao longo do tempo.

Autores que questionam a pertinência de uma teoria "clientelista" provavelmente estão expressando preocupações sobre a eficácia e a ética das políticas que se baseiam em práticas clientelistas. Os críticos dessa perspectiva distributivista podem argumentar que, ao enfatizar a distribuição de recursos de forma ampla, isso pode dar origem a políticas clientelistas, onde os políticos favorecem grupos específicos de eleitores em troca de apoio político, em vez de tomar decisões com base no bem-estar geral da sociedade. Essa crítica sugere que a ênfase na distribuição ampla pode ser explorada por políticos em busca de ganhos políticos pessoais, em vez de beneficiar a sociedade como um todo.

Essa versão distributivista ganhou destaque nos estudos de Mayhew (1974), no qual analisava e buscava explicar de que maneira os parlamentares sustentavam suas reeleições. De acordo com essa versão distributivista, os deputados têm o objetivo de se reeleger e para obter sucesso nas urnas, buscam ampliar laços com os seus eleitores. Consiste em uma teoria que se concentra na maneira como os parlamentares buscam garantir a reeleição, e essa busca pela reeleição é vista como o principal objetivo de suas atividades políticas. De acordo com essa perspectiva, os deputados estão motivados principalmente pela necessidade de permanecerem no

cargo, e eles acreditam que a chave para a reeleição está em ampliar os laços com seus eleitores.

O modelo distributivista, como descrito, parte do pressuposto de que a motivação central dos parlamentares é a busca pela reeleição. De acordo com esse modelo, as ações e preferências dos congressistas são moldadas e explicadas em grande parte pela necessidade de garantir sua permanência no cargo. Limongi (1994), ressalta:

O modelo distributivista tem por dentro de partida a motivação dos parlamentares. Parlamentares, basicamente, querem se reeleger. As ações dos congressistas devem ser compreendidas tendo por referência este desejo. Em especial, suas preferências quanto as políticas públicas só são inteligíveis se referidas à necessidade de garantir sua reeleição. As chances de um deputado de reeleger são uma função positiva das políticas por ele obtidas em benefício direto do seu eleitorado. (Limongi, 1994, p.8)

De acordo com Limongi (1994) o voto distrital é um fator que apresenta um importante papel no modelo distributivista, no qual está relacionado ao fato de que, por meio desse sistema, os interesses do eleitorado a serem atendidos são localizados e identificáveis, com base nas características econômico-sociais do distrito. Essa característica está ligada à ênfase na representação territorial e à conexão direta entre os eleitores e seus representantes, que são aspectos fundamentais do voto distrital.

O voto distrital consiste em um sistema de votação em que uma jurisdição geográfica é dividida em vários distritos eleitorais, e os eleitores de cada distrito elegem um único representante para uma legislatura, seja ela nacional, estadual ou local. A eficácia do voto distrital depende em grande parte de como os distritos são delimitados, da equidade na representação e do grau de responsabilidade dos representantes perante seus eleitores locais. O autor Limongi (1994) faz outra ressalva sobre esse modelo, destacando:

Nesses modelos, o voto do eleitor também é economicamente informado. Ele com para os benefícios que espera receber dos diferentes candidatos, desconta os custos das políticas propostas em termos de taxaço e escolhe, obviamente, aquele que lhe oferecer maiores benefícios. Eleitores preferirão políticos que lhes oferecem benefícios tangíveis e dispensam os custos. (Limongi, 1994, p. 8)

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 RENOVAÇÃO E REELEIÇÃO NAS BANCADAS DOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE E ALAGOAS

Primeiramente foi realizada uma análise da quantidade de legislaturas de cada deputado eleito no ano de 2014, permitindo visualizar a concepção dos parlamentares dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas em relação a seus destinos e permanência na Câmara dos deputados. Os dados evidenciam as taxas de reeleição dos deputados.

Nas tabelas 1, 2, 3 e 4 permitem expor o número de deputados por número de legislatura com o propósito de evidenciar a capacidade dos deputados federais de permanecerem ao longo de várias legislaturas, à medida que as suas reeleições foram alcançadas. É possível observar que as taxas de renovação, também como as de reeleição nas bancadas dos três estados passam por variações.

**Tabela 1** - Quantidade de Legislaturas dos deputados da Paraíba

Número de Legislaturas	Número de Deputados Federais	%
1	2	16,6%
2	4	33,33%
3	3	25%
4	2	16,6%
5	1	8,33%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, 2023.

Na bancada da Paraíba foi apresentado aproximadamente 17% na taxa de novos candidatos na Câmara dos Deputados, já na bancada de Pernambuco apresentou uma taxa de 44%, portanto os dados permitem visualizar que há uma certadiferença entre os dois estados, referindo-se à inovação da bancada.

**Tabela 2-** Quantidade de Legislaturas dos deputados do Pernambuco

Número de Legislaturas	Número de Deputados Federais	%
1	11	44%
2	5	20%
3	6	24%
5	2	8%
7	1	4%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, 2023.

Há também uma diversidade de deputados que buscam a reeleição no Poder Legislativo Federal, sendo o estado da Paraíba com 58% dos deputados federais eleitos representando aqueles que ocupam entre a segunda e terceira legislaturas. Enquanto que a taxa de parlamentares mais experientes, sendo representantes em 4 legislaturas. Já em relação aos dados de Pernambuco, o rumo da experiência legislativa varia, ou seja, os deputados que ocupavam entre a segunda e terceira legislaturas representam também 44% da bancada.

A Tabela 3 sobre do Rio Grande do Norte, as conclusões mais expressivas podem ser demonstradas pela taxa de renovação de 25% da bancada, mas também pela indicação de 62,5% de parlamentares ocupando a segunda e terceira legislaturas.

**Tabela 3 -** Quantidade de Legislaturas dos deputados do RN

Número de Legislaturas	Número de Deputados Federais	%
1	2	25%
2	3	37,5%
3	2	25%
4	1	12,5%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, 2023.

Em relação a bancada do estado de Alagoas na tabela 4, percebe-se que a taxa de renovação chega a 22%, enquanto 55,5% dos deputados já possuem experiência legislativas, ocupando a segunda e terceira legislaturas.

**Tabela 4** - Quantidade de Legislaturas dos deputados de Alagoas

Número de Legislaturas	Número de Deputados Federais	%
1	2	22,2%
2	2	22,2%
3	3	33,3%
4	1	11,1%
5	1	11,1%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, 2023.

#### 4.2 EMENDAS APRESENTADAS E EXECUTADAS POR CADA DEPUTADO

Na segunda parte da análise foi realizada uma demonstração da quantidade de emendas apresentadas e executadas. As Tabelas 5, 6, 7 e 8 representam um panorama de emendas individuais de cada deputado nos respectivos estados, demonstrando que há uma alteração entre emendas apresentadas e executadas. Esses dados revelam que a apresentação nem sempre garante que os recursos cheguem aos municípios.

Na Tabela 5 do estado da Paraíba, o total de emendas por todos os parlamentares resultou em 507 apresentadas e 446 executadas, número significativo. Isto é, apenas 12% das emendas apresentadas não foram executadas e 88% do total de emendas de todos os parlamentares alocaram recursos em estado e municípios. Já na tabela 6, referente aos deputados federais pernambucanos, os dados revelam semelhanças, 898 apresentadas, 767 foram executadas, sendo aproximadamente 85%.

**Tabela 5** - Total de emendas apresentadas e executadas por deputado/ano Paraíba

Nome do Deputado	Total de emendas apresentadas			Total oriental	Total de emendas executadas			Total oriental
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
Aguinaldo Ribeiro	10	7	11	28	7	7	11	25
Benjamin Maranhão	15	10	12	37	13	10	12	35
Dr. Damião	25	7	20	52	16	7	20	43
Efraim Filho	21	12	18	61	20	12	18	50
Hugo Mota	12	5	10	27	6	5	10	21
Luiz Couto	18	12	22	52	15	11	22	48
Manoel Junior	9	16	0	25	9	16	0	25
Pedro Cunha Lima	24	9	21	54	20	9	21	50
Rômulo Gouveia	21	8	13	42	19	8	13	40
Veneziano Vital	18	0	20	38	14	0	20	34
Welligton Roberto	20	16	15	51	10	15	15	40

Wilson Filho	17	8	15	40	12	8	15	35
Total				507				446

Fonte: Siga Brasil- BRASIL, 2023.

**Tabela 6** - Total de emendas apresentadas e executadas por deputado/ano Pernambuco

Nome do Deputado	Total de emendas apresentadas			Total oriental	Total de emendas executadas			Total oriental
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
Adalberto Cavalcanti	15	7	16	38	14	7	16	37
André de Paula	0	11	17	28	0	8	16	24
Anderson Ferreira	9	7	0	16	9	6	0	15
Betinho Gomes	19	4	15	38	11	3	10	24
Bruno Araújo	15	3	4	22	14	3	4	21
Daniel Coelho	10	6	12	28	9	4	11	24
Danilo Cabral	0	12	13	25	0	8	13	21
Eduardo da Fonte	12	20	15	47	11	13	13	37
Fernando Coelho Filho	10	6	11	27	8	6	11	25
Felipe Carreras	0	0	16	16	0	0	15	15
Gonzaga Patriota	23	23	20	66	17	21	19	57
Jarbas Vasconcelos	8	9	16	33	7	6	15	28
João Fernando Coutinho	18	12	12	42	13	8	12	33
Jorge Côrte Real	23	25	24	72	20	14	23	57
Kaio Maniçoba	14	14	11	39	13	12	11	36
Luciana Santos	25	23	22	70	17	17	20	54
Marinaldo Rosendo	12	17	12	41	11	14	11	36
Mendonça Filho	6	0	8	14	6	0	8	14
Pastor Eurico	5	11	10	26	5	11	9	25
Ricardo Teobaldo	8	8	11	27	7	7	11	25
Sebastião Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	0
Silvio Costa	25	20	24	69	24	16	24	64
Tadeu Alencar	21	19	13	53	20	14	13	47
Wolney Queiroz	12	9	8	29	5	9	7	21
Zeca Cavalcanti	13	12	7	32	10	10	7	27
Total				898				767

Fonte: Siga Brasil- BRASIL, 2023.

Na Tabela 7 os dados relativos ao estado do Rio Grande do Norte indicam que das 244 emendas apresentadas pelos parlamentares, somente 102 foram executadas, ou seja, menos da metade, representando em termos percentuais 41%.

Portanto, entende-se que apesar da diferença significativa entre apresentação e execução das emendas no período analisado, pode ser considerado um dispositivo amplamente utilizado pelos parlamentares individualmente.

**Tabela 7** - Total de emendas apresentadas e executadas por deputado/ano RN

Nome do Deputado	Total de emendas apresentadas			Total oriental	Total de emendas executadas			Total oriental
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
Antônio Jacomé	13	14	8	35	4	1	5	10
Carlos Alberto de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0
Fábio Salustino Mesquita	9	9	13	37	4	3	7	14
Felipe Catalão	16	11	21	51	8	1	12	21
Rafael Huete	12	9	11	32	9	0	6	15
Rogério Simonett	23	12	14	49	11	3	10	24
Walter Pereira	0	0	0	0	0	0	0	0
Zenaide Maia Calado Pereira	8	15	17	40	4	4	10	18
Total				244				102

Fonte: Siga Brasil- BRASIL, 2023.

Por fim, na tabela 8 é apresentado um total de 181 emendas apresentadas pelos deputados do estado de Alagoas e apenas 64 executadas. Demonstrando que somente poucos mais de um terço dessas emendas foram executadas, ou seja, aproximadamente 35% foram executadas. A diferença entre emendas apresentadas e executadas dos parlamentares dos estados do Rio Grande do Norte e Alagoas divergem bastante da diferença entre apresentação e execução das emendas dos deputados da Paraíba e Pernambuco que tiveram a taxa de execução de 88% e 85% respectivamente.

**Tabela 8** - Total de emendas apresentadas e executadas por deputado/ano Alagoas

Nome do Deputado	Total de emendas apresentadas			Total oriental	Total de emendas executadas			Total oriental
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
Arthur Cesar	5	4	4	17	0	2	1	6
Givaldo de Sá Gouveia	6	6	11	27	0	3	1	10
João Henrique Holanda	5	7	17	29	0	1	2	13
José Cícero Soares	6	13	24	43	0	0	0	9
Marx Beltrão	7	0	10	17	0	5	0	15
Maurício Quintella	0	0	0	0	0	0	0	0
Paulo Fernando dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro Torres Brandão	8	5	4	17	0	1	1	5
Ronaldo Augusto Lessa	11	9	11	31	0	1	2	6
Total				181				64

Fonte: Siga Brasil- BRASIL, 2023.

#### 4.3 PERCENTUAL DE EMENDAS APRESENTADAS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

As emendas parlamentares destinadas a estados e municípios representam instrumento crucial na distribuição de recursos e no desenvolvimento regional, quando essas emendas são direcionadas a estados e municípios, têm o potencial de impactar diretamente as comunidades locais. A pesquisa traz a distinção entre emendas parlamentares destinadas aos estados e municípios, permite assim visualizar diferenças nas taxas de emendas individuais dos deputados federais que foram destinadas aos estados e municípios.

O Gráfico 1 indica que no estado da Paraíba 63% das emendas individuais dos deputados federais foram destinadas ao estado como todo, enquanto 37% foram direcionadas para determinados municípios.

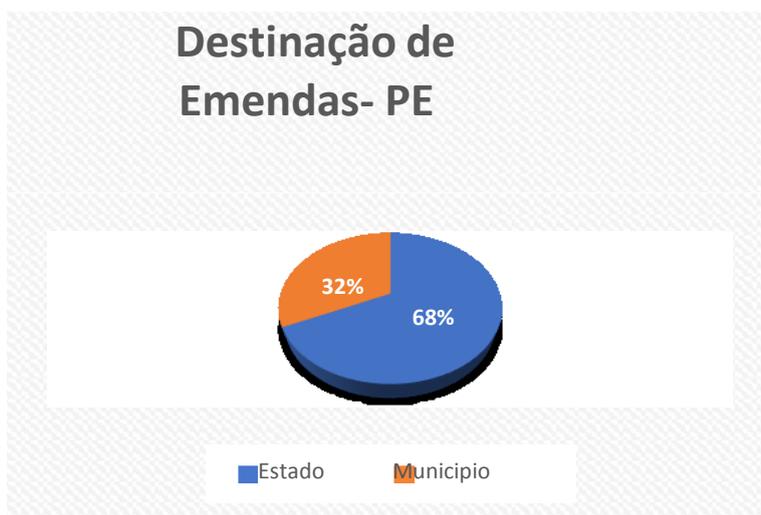
**Gráfico 1** - Percentual de emendas para municípios e estado da Paraíba



**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

O Gráfico 2 indica que no estado do Pernambuco, segue a mesma linha, na qual 68% das emendas orçamentárias foram destinadas ao estado na sua totalidade, enquanto e 32% das emendas foram destinadas aos municípios.

**Gráfico 2** - Percentual de emendas para municípios e estado do Pernambuco.



**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

Já os Gráficos 3 e 4 dos estados do Rio Grande do Norte e Alagoas, indicam que percentual maior na destinação de emendas ao ente estadual. No Rio Grande do Norte a maioria das emendas orçamentárias individuais de cada deputado federal destinou-se ao estado em sua totalidade, ou seja, 95% das emendas e apenas 5% foram destinadas a determinados municípios.

**Gráfico 3** - Percentual de emendas para municípios e estado do RN



**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

Por fim, no estado de Alagoas seguindo a mesma linha, representa 86% das emendas individuais destinadas ao estado e apenas 14% foram destinadas diretamente a determinados municípios. A distribuição das emendas diretamente para os municípios possui uma ênfase menor em relação ao estado em geral.

**Gráfico 4** - Percentual de emendas para municípios e estado de Alagoas



**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

Portanto, diante a análise sobre o destino das emendas é possível compreender melhor a conexão eleitoral e a destinação das emendas dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. No qual, a alocação de emendas para os estados tem uma evidência maior em relação aos municípios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que as emendas parlamentares representam uma ponte vital entre as necessidades locais e a esfera legislativa, proporcionando uma ferramenta útil para a materialização de projetos que impactam diretamente a vida das comunidades. Os dados demonstram que o dispositivo das emendas ao orçamento da União é um dispositivo amplamente utilizado e ganha proeminência por destinar recursos aos estados de onde os parlamentares são oriundos.

Os dados sobre a participação dos deputados no orçamento apresentado pelo poder executivo tornam-se o principal meio para deputados atenderem aos interesses locais. Portanto, pode-se observar que a maioria dos deputados utilizam esse dispositivo. A análise trouxe também as distinções entre emendas apresentadas e executadas. Entretanto, mesmo detectando que mais da metade das emendas apresentadas não tiveram suas execuções efetuadas na legislatura em que foi apresentada, é considerado que as emendas parlamentares ocupam espaço importante na agenda parlamentar.

Entende-se a partir desse estudo que a relação entre votação e alocação de emendas é considerada uma questão que ainda precisa de verificação empírica, mas é certo que o dispêndio de cada deputado para alocar recursos aos seus estados de origens certamente tem a ver com apoio aos governados e as expectativas sobre o processo eleitoral. As emendas parlamentares não são apenas uma ferramenta orçamentária, mas um reflexo do comprometimento coletivo em construir sociedades mais justas e prósperas.

## REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio. **Presidential cabinets, electoral cycles, and coalition discipline in Brazil**. In: Legislative politics in Latin America, edited by Scott Morgenstern and Benito Nacif. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.

AMORIM NETO, Octavio. **The Presidential Calculus: executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas**. Comparative Political Studies, v. 39, n. 4, p. 415-440, 2006.

BARON, David P. **Majoritarian incentives, pork barrel programs, and procedural control**. American Journal of Political Science, Madison, v. 35, n. 1, p.57-90, Feb. 1991.

BAIÃO, Alexandre; COUTO, Cláudio; JUCÁ, Ivan. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 25, Janeiro- Abril de 2018.  
BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opin.Publica*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 449-473, 2013.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics**. 2 nd ed. New York: Routledge, 2003.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte americana recente**. Boletim Informativo Bibliográfico de Informação em Ciências Sociais, n. 37, p. 3-38, 1994.

Lowi, T. J. **“American business, public policy, case-studies, and political theory”**. *World Politics*, vol. 16, n° 4, p. 677-715, 1964.

MAYHEW, D R. **Congress: The electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

RAILE, Eric. D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. **The executive toolbox: building legislative support in multiparty presidential regime**. *Political Research Quarterly*, vol. 64, n. 2, p. 323-334, 2011.

SOARES, K. SILVA, A. NASCIMENTO, P. e FILHO, J.J. **Performance Eleitoral dos Parlamentares e Alocação de Recursos nos Municípios: Efeitos dos Distritos informais**. *E-legis*, Brasília, n. 33, p. 54-84, set./dez. 2020.

WEBER, M. **Economia y Sociedad**. Segunda Edición, México D.F: Fondo de Cultura Econômica, 1964.